

Sarney O rei-presidente

O candidato à presidência do Senado, o senador José Sarney paira acima dos mortais. Quem se der ao trabalho de verificar as apreciações que fez de seu governo terá a sensação de estar diante de alguém que se considera rei constitucional pela graça de Deus, pois tudo o que então aconteceu de errado é culpa de alguém, não dele. Não adotou, embora fosse presidente da República, providência alguma que re-

dundasse em erro. O Plano Cruzado, por exemplo, já disse e agora volta a repetir, não é obra dele, mas dos economistas que o aconselharam. Donde se seguir que o malogro do Plano foi igualmente obra dos economistas e, para que tudo não recaia sobre os ombros de seus auxiliares, decorrência da falta de reservas cambiais para queimar a fim de manter a ilusão da prosperidade. Essa sensação de estar-se diante de um monarca constitucional só se reforça diante da reação às críticas que, ao tomar posse, o presidente do Banco Central dirigiu ao governo Sarney, dando-o como responsável pelo malogro do Plano Cruzado: "Não me sinto atingido. As críticas [de Arida] foram para a antiga equipe econômica, da qual ele fez parte". A partir daí, e levando-se em conta a atribuição do Plano Cruzado também à equipe econômica da época, pode concluir-se que quem governava o Brasil era a equipe econômica e que o presidente, perdão, o rei, simplesmente tomava nota do que acontecia e capitalizava a popularidade. Depois, como ensina a sabedoria popular, passou a glória mundana — mas apenas depois das eleições de 86, quando se verificou o grande estelionato eleitoral.

Que disse o sr. Pêrsio Arida de tão malévolos com relação ao governo Sarney? Simplesmente o que todos sabem: "Nosso País havia perdido [referindo-se ao malogro do Plano Cruzado] uma extraordinária oportunidade de estabilizar sua economia... não por falta de apoio da população, mas por incompreensão e falta de coerência do governo que a dirigia". Ninguém fará ao presidente do Banco Central a injustiça de supor que ele não se sente co-responsável pe-

Sarney olha para seu governo como um rei que não tivesse sido responsável por coisa alguma

lo Plano Cruzado; da mesma maneira, ninguém poderá cometer para com ele a injustiça de esquecer que, juntamente com outros membros da equipe econômica, na famosa reunião de Carajás, sustentou a necessidade de mudança

radical de rota para que a estabilização monetária pudesse ser alcançada. Se isso não aconteceu foi porque o presidente da República, colocado diante da disjuntiva da manutenção da popularidade ou uma

correção de rota que poderia afetar seu prestígio junto à população, decidiu nada mudar.

O senador José Sarney deve ter guardado daquele período apenas os aplausos, os índices de popularidade. Simples homens do povo, de repente se proclamavam "fiscais de Sarney" e fechavam supermercados que desrespeitavam, assim pensavam, o congelamento de preços. Os salários subiram por decreto, aumentando o poder de compra da população, ademais acrescido pela famosa "tablita", que permitia uma transferência de renda de 14% ao mês, dos credores para os devedores. Na economia política clássica, aprendia-se que a inflação favorecia os devedores. No Plano Cruzado, o combate à inflação favoreceu quem comprara a prestação. Quando a realidade econômica se impôs, e produtos começaram a faltar e as importações feitas simplesmente não chegaram aos consumidores por desorganização, se não incompetência, fez-se mister reavaliá-lo tudo. Em Carajás, reuniram-se todos. Os "fiscais de Sarney" e a Sunab fechando lojas, autuando empresários, regulando (para ao fim e ao cabo desorganizar) a atividade econômica seduziram Sarney — que manteve as linhas mestras do Plano e agora se lamenta de mais não poder ter feito porque o Brasil não tinha reservas cambiais para queimar.

O "rei" Sarney é agora candidato à Presidência do Senado e do Congresso Nacional, eleito por um Estado que não o seu. Amanhã, ao escrever suas memórias, talvez encontre alguém que possa ser responsabilizado pelo que de errado fizer, se eleito for, para granjear prestígio e popularidade no Senado e fora dele.